

A CULPA E SUAS RELAÇÕES COM A RELIGIOSIDADE E O SENTIDO DA VIDA

GUILTY AND ITS RELATIONS WITH RELIGIOSITY AND MEANING IN LIFE

Gylmara de Araújo Pereira

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Thiago Antonio Avellar de Aquino

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo. O presente estudo partiu do pressuposto de que a religiosidade está associada com a culpabilidade. Teve como objetivo o de conhecer as relações entre as dimensões da culpa com as atitudes religiosas e com o sentido da vida. Participaram da pesquisa 213 estudantes universitários, sendo que a maioria dos entrevistados era da religião protestante (33,8%) e do sexo feminino (70,4%). A média de idade foi a de 28,5 (dp = 9,9), com amplitude de 18 a 63 anos. Os dados foram coletados por meio dos seguintes instrumentos: escala de atitude religiosa, questionário sentido de vida, escala multidimensional da culpa, escala de percepção ontológica do tempo e um questionário sóciodemográfico. Os resultados sugerem que tanto o sentimento religioso quanto a busca de sentido se associaram diretamente com as três dimensões da culpa. Já a corporeidade religiosa se correlacionou positivamente com a culpa subjetiva e com a objetiva. O comportamento religioso, por sua vez, correlacionou com a culpa subjetiva. Os resultados também indicam que a presença de sentido está inversamente relacionada com a culpa temporal e que os itens "há uma grande distância entre quem eu sou e quem eu poderia ser" se associam tanto com a culpa subjetiva quanto com a culpa temporal. Tais achados são discutidos à luz da análise existencial de Viktor Frankl. Concluiu-se que, por um lado as pessoas mais religiosas são mais susceptíveis à culpabilidade e, por outro, a culpa provém também da perspectiva ontológica, quando o ser humano deixa de realizar o seu senso de dever e responsabilidade.

Palavras-chave: culpa; religiosidade; sentido de vida.

Abstract. The present study is based on the premise that religiosity is associated to guilt. Therefore, this study aims to investigate the relationship between the dimensions of guilt, religious behavior, and the meaning of life. Thus, 213 university students took part in the research, most of them of Protestant faith (33.8%) and from the feminine gender (70.4%). The average age being 28.5 (SD = 9.9), ranging from 18 to 63 years old. The data was collected through the application of the following methods: Religious Attitude Scale, Meaning of Life Questionnaire, Guilt Multidimensional Scale, Ontological Time Perception Scale, as well as a Social-demographic Survey. The results suggest that both religious sense and the search for meaning of life are directly related to the three dimensions of guilt. The physical aspects of religion, on the other hand, correlate positively to the sense of both subjective and objective guilt, whilst religious behavior correlates to subjective guilt. The results also indicate that the presence of meaning is inversely related to temporal guilt and that the item "there is a huge distance

between who I am and who I could be” connects itself to both subjective and temporal guilt. Such findings are seen through the light of the existential analysis of Viktor Frankl. We conclude that if, on one hand, religious people are more susceptible to the feeling of culpability, on the other hand, guilt itself derives from an ontological point of view, in which the human being does not fulfill his sense of duty and responsibility to himself.

Keywords: guilt; religiosity; meaning of life.

INTRODUÇÃO

A culpa é um conceito judaico-cristão que, em grande parte, está associado à noção de “pecado”. De forma geral, os sistemas religiosos que estabelecem normas de conduta e valores que orientam a existência do homem religioso e os desvios dessas normas podem causar um mal-estar psicológico referido como um sentimento de culpabilidade. Por um lado, a culpa é uma condição humana (Frankl, 2008); por outro, o sofrimento psíquico, decorrente da culpa, pode levar as pessoas ao desejo de obter o perdão, fato observado no judaísmo e no cristianismo, nos quais existem os ritos específicos de redenção (Lukas, 1992). Tendo em vista essa possível relação entre religiosidade e culpabilidade, o objetivo geral deste estudo foi o de identificar as associações entre a culpa e a religiosidade, bem como suas possíveis repercussões para a percepção do sentido da vida.

A CULPA NA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA

Segundo Ávila (2007), os termos culpabilidade e culpa são utilizados para designar duas faces de um mesmo fenômeno. O autor advoga que o termo culpa, deve designar os aspectos objetivos da responsabilidade de uma ação ou omissão perante uma norma legal, enquanto o termo culpabilidade seria utilizado para expressar a vivência que a culpa provoca no indivíduo. Em outros termos: para esse autor, a culpa refere-se a uma realidade objetiva, enquanto a culpabilidade tem caráter eminentemente subjetivo ou psicológico.

Na concepção de Russel (1991), o sentimento de culpa é uma das mais relevantes

causas psicológicas da infelicidade na vida do adulto. Destarte, tal sentimento possuiria raízes no inconsciente; por esse motivo, não apareceria conscientemente, por medo da reprovação social. Segundo o autor em questão, a educação moral poderia causar atitudes irracionais e remorsos sem nenhuma razão plausível. Para se reduzirem os efeitos negativos de uma aprendizagem moral rígida, seria necessário examinar as causas do sentimento de culpa irracional, o qual geralmente decorre da socialização na infância (Russel, 1991).

Wright (1971, p.103), por sua vez, conceitua a culpa como “(...) uma condição emocional desagradável diretamente seguida à transgressão, que persiste até que algum tipo de equilíbrio seja restaurado por reparação ou confissão e perdão e que independe de outros saberes da transgressão”. Já para Azpitarte (2005), a culpa seria como uma dor que invade a pessoa, não por esta ter medo de castigo nem por ter feito o irremediável, mas somente em face da pena assumida pela rejeição de um valor moral ou ideal maior.

Conforme Garcia (2006, p.4), a culpa “(...) trata-se de uma dívida, onde ‘eu devo alguma coisa para alguém’(...)”. Como a culpa é aquilo que carece, a sua essência só é entendida em face da plenitude e realização humana, acrescenta o mesmo autor. Segundo Garcia (2006), a noção de culpa é complexa porque envolve aspectos filosóficos, teológicos e psicológicos, além de o termo ser associado à angústia e ao mal-estar.

Aquino e Medeiros (2009), por sua vez, propõem uma definição de culpa baseada em pressupostos teóricos e empíricos no âmbito da psicologia. Por meio do instrumento Escala Multidimensional da Culpa, consideram a

hipótese de que a culpabilidade compreenda três fatores: culpa subjetiva, culpa objetiva e culpa temporal. As suas definições são descritas a seguir:

Culpa subjetiva - Esta dimensão está relacionada com sentimentos e pensamentos inadequados, como, por exemplo, sentir culpa por maus pensamentos, desejos proibidos ou ter inveja. Collins (2004) compreende que a culpa subjetiva diz respeito ao sentimento de culpa, remorso, vergonha e autocondenação ou, ainda, ela existe quando se pensa ou se faz algo considerado errado ou quando se deixa de fazer alguma ação que favoreça o próximo. Esta dimensão não trata de ações concretas dos indivíduos, mas de aspectos da subjetividade (pensamentos e sentimentos).

Culpa objetiva - Esta se refere ao mal-estar (remorso ou arrependimento) relativo a algo que se realizou ou se deixou de fazer. Um exemplo desse tipo de culpa refere-se à existência de alguma ofensa que o indivíduo fez a alguém; justamente por isso, ele sente remorso. De acordo com Collins (2004), a culpa objetiva ocorre quando alguma norma é descumprida, e o transgressor é considerado culpado, mesmo que não se sinta assim. Neste caso, existe uma infração concreta e um responsável, uma culpa pessoal em que o indivíduo viola seus padrões de conduta adquiridos.

Culpa temporal - Esta culpa está relacionada com a perspectiva da relação do ser humano com o tempo, associada ao cumprimento de tarefas, à administração do tempo para realizar algo ou estar com entes queridos. Mencionada por Tournier (2004) como um sentimento de culpa proveniente da administração do tempo, diz respeito à culpa pela perda de tempo em relação às atividades

diárias, profissionais, familiares, gerando consequências negativas à saúde psicológica. Também pode estar relacionada com o excesso de ocupação profissional, em prejuízo do contato com a família e com os amigos.

Indubitavelmente, a culpa estaria relacionada com a violação de normas, sejam elas sociais, legais, morais, éticas ou religiosas. Já no contexto religioso, a concepção de “pecado”, juntamente com a noção de remissão ou penitência, exerceria um poder de reordenar a normatividade infringida (Guazzelli, 2008). Considerando essa relação, o tópico a seguir tratará da concepção da religiosidade assumida no presente estudo.

ATITUDE RELIGIOSA

Na concepção de Pinto (2009), a definição de religião implica a presença de alguns elementos, como a orientação de normas morais, a presença de mitos, de ritos e símbolos, da comunidade social, além da relação que ela pode ter com a espiritualidade. Conforme a compreensão de Greschat (2005), existe uma imprecisão na definição de religião, já que esse termo tem um significado para cada pessoa, pois é conceituado pelos valores herdados na infância e não por valores impessoais.

Não obstante, para uma resolução dessa dificuldade conceitual, a presente pesquisa está baseada na definição de atitude religiosa desenvolvida por Aquino (2005). O autor em foco propõe uma psicometria da religiosidade, tendo em conta os componentes da atitude (o afetivo, o cognitivo e o comportamental); resultando na hipótese de que a atitude religiosa apresentaria quatro domínios (Diniz e Aquino, 2009):

1) Conhecimento religioso - Este domínio corresponde à procura do conhecimento sobre Deus mediante a leitura das Sagradas Escrituras e de livros que tratam de religiosidade. Refere-se, também, à busca de conhecer as doutrinas ou preceitos religiosos, à participação em reuniões que discutem religião e em conversas em que há troca de experiências sobre a própria religiosidade.

2) Comportamento religioso - Este se refere à procura e seguimento de valores e normas religiosas, da influência da religiosidade nas decisões de uma pessoa, questionado-se se ela age de acordo com o que a religião prescreve como o mais correto. Refere-se, também, à participação e freqüência nas celebrações e orações coletivas e, ainda, à relação de comunicação com Deus em orações pessoais.

3) Sentimento religioso - O terceiro domínio diz respeito às emoções e sentimentos provocados por músicas religiosas ou pela entrada numa igreja e pela união de alguém a um Ser superior.

4) Corporeidade religiosa - Esta modalidade representa a expressão corporal feita para se demonstrar a religiosidade, como levantar os braços para louvar a Deus, ajoelhar-se para rezar, bater palmas nos momentos de cânticos e movimentar-se com o corpo, como uma maneira de expressar a união com um ser transcendente.

Além do aspecto atitudinal, a religiosidade foi muitas vezes compreendida como uma busca de sentido. Assim, torna-se relevante compreender essa perspectiva à luz da análise existencial de Viktor Frankl (1905 - 1997), tópico que será desenvolvido a seguir.

BUSCA DE SENTIDO NA VISÃO DE VIKTOR FRANKL

A Logoterapia e Análise Existencial, teoria criada por Viktor Frankl, compreende que a motivação primária do ser humano é a busca de sentido. Na sua compreensão, quando essa busca é frustrada, o ser humano é acometido por uma sensação de vácuo existencial. Ainda segundo este mesmo autor, a sociedade atual estaria acometida por uma neurose sociogênica, caracterizada por drogadição, depressão e agressão (Frankl, 1989). Para ele, há três categorias valorativas que conferem sentido à vida: valores vivenciais (vivenciar algo ou alguém), valores criativos (criar obras artísticas ou científicas) e valores atitudinais (tomar uma postura perante uma situação imutável) (Frankl, 1995). Uma das formas mais antigas de busca de sentido é a prática da religião; não obstante, ela é tratada na Logoterapia como um objeto de estudo na tentativa de compreendê-la como fenômeno propriamente humano (Frankl, 2007).

Destarte, uma diferença fundamental entre a concepção de religião e a análise existencial de Frankl (2007) é que, enquanto a primeira aponta um único sentido, a segunda compreende que há vários sentidos na vida. Por outro lado, a análise existencial como uma modalidade de psicoterapia está preocupada com a “cura” da alma, enquanto a religião, de forma geral, está intencionada na “salvação” das almas (Frankl, 2007). No que se refere às afinidades, ambas reconhecem que a questão da busca de sentido decorre da consciência da finitude, ou seja, o fato de que todo ser humano irá morrer evocaria a pergunta pelo sentido da existência.

TEMPORALIDADE E FINITUDE

Segundo Frankl (2005), a finitude dá

sentido à vida, visto que, apenas quando o ser humano está consciente de sua própria mortalidade, suas escolhas no presente são feitas com responsabilidade. Comenta o autor: “(...) se cada coisa fica para sempre armazenada no passado, é importante decidir no presente o que queremos eternizar levando-a a fazer parte do passado.” (Frankl, 2005, p. 100). O que o homem tem na realidade é o seu próprio passado, pois o futuro está constituído como a área do vir-a-ser. Destarte, o futuro traz consigo possibilidades irrepetíveis e ao mesmo tempo fugazes; entretanto, à medida que a pessoa humana se decide a realizá-las, elas deixam de ser transitórias, passando do presente para o passado (Fizzotti, 1998).

Segundo Frankl (2005), a morte é a prova da finitude humana e da sua transitoriedade, as quais estão atreladas à própria temporalidade. Para Moreira e Holanda (2010), existem dois elementos que constituem o sentido da vida: o ‘caráter de algo único’ e a irrepetibilidade. Além disso, eles são aspectos essenciais da existência humana e se revelam de forma simultânea na finitude do homem.

Nessa perspectiva, a finitude é algo que proporciona sentido à existência, pois a transitoriedade estimularia a pessoa a realizar o melhor em cada momento, tendo em vista que, uma vez realizado o sentido, este é para sempre, ou seja, uma possibilidade, quando acontece, deixa de ser transitória. Portanto, finitude e temporalidade são constitutivas do sentido da vida humana (Moreira & Holanda, 2010). Em relação à transitoriedade da vida, Frankl assinala: “Quanto à inegável transitoriedade da vida, a logoterapia afirma que isto realmente só se aplica com relação às possibilidades de dar um sentido, às oportunidades de criar, de

experienciar, de sofrer com sentido pleno.” (Frankl, 2005, p. 95).

De acordo com Frankl (2005), apenas as possibilidades não realizadas são transitórias, isto é, são passíveis de serem perdidas. Assim, o autor introduziu no conceito de temporalidade outro conceito: o da responsabilidade. Isto significa que o homem torna-se responsável por aquilo que escolheu para realizar ou deixar no seu próprio passado. A vida está sempre demandando perguntas e provocando o homem a fazer escolhas e dar respostas; portanto, cabe a ele respondê-la tornando-se responsável.

Como nada pode ser corrigido ou removido do passado, o homem, quando não escolhe bem ou deixa de realizar o seu dever, experimenta aquilo que Frankl (2005) chamou de um dos elementos da tragicidade humana: a culpa. Ademais, ele é o único ser que pensa sobre a sua própria transitoriedade; por isso, preocupa-se com o tempo, pois sabe que é finito e responsável pelo que faz com sua vida (Gomes, 1987).

Segundo Frankl (2005), ou a vida tem sentido independente de sua duração ou não o tem mesmo que ela dure para sempre. A duração da vida coloca o homem diante de critérios quantitativos, ao passo que a morte coloca-o diante de critérios qualitativos, de modo que o sentido da sua morte depende do sentido que ele soube dar à sua vida (Fizzotti, 1998).

Por outro lado, caso o homem fosse imortal, adiaría ou fugiria das ações que teria de realizar, mas justamente por conta da morte é que se deve utilizar o tempo, de forma que não perca as possibilidades que a vida oferece. Assim, a morte é o limite para se fazer o que a vida interpela a realizar, ou “(...) não deixar passar em

vão as ocasiões irrepetíveis que se nos oferecem” (Frankl, 1989, p. 109).

Desta forma, ou o indivíduo tenta adiar a morte para continuar sua história ou tenta abreviar a vida quando está diante de um sofrimento inevitável (Gomes, 1987). Para Fizzotti (1998), a imprevisibilidade da morte ante a vida constitui um caráter de alerta ao tempo de que se dispõe para realizar a missão que dará sentido à vida. A morte não pode retirar o sentido que caracteriza a vida, posto que ela apenas retiraria as possibilidades do vir-a-ser da existência. Por essa razão, a finitude e a temporalidade, nessa perspectiva, são constitutivos da busca do sentido para a vida (Frankl, 2005).

A VISÃO DA CULPA NA LOGOTERAPIA DE VIKTOR FRANKL

Frankl (2008) abordou a culpa como um dos possíveis elementos trágicos da existência (dor, culpa e morte). Não obstante, o ser humano poderia perceber as potencialidades positivas, apesar dos seus aspectos trágicos, utilizando-se de posturas e ações para superar as condições imutáveis da existência (Fizzotti, 1998).

A culpa seria um dos aspectos especificamente humanos, porquanto, teria relações com a consciência e com a liberdade. Sobretudo estaria associada com a escolha de um não-dever-ser. Em outros termos: o ser humano sente-se culpado quando realiza algo que tinha menos sentido e deixa de concretizar algo hierarquicamente mais valoroso (Kroeff, 2007, Frankl, 2008). Por um lado, a culpa é um conceito relacionado com a existência humana e com a religiosidade, proveniente, a princípio, de padrões de conduta sociais, morais que são

estabelecidos pela religião, pela sociedade e pelas leis que regem e delimitam o comportamento do homem. Doutra parte, existe uma culpa ontológica que não provém da religião, da moral ou de leis jurídicas, mas da própria consciência e responsabilidade humana. Assim, a culpa se refere à livre escolha e à responsabilidade, uma vez que ela surge à medida que a pessoa deixa de realizar as suas possibilidades de sentido. Essa culpa decorre da consciência de ter agido de forma incongruente entre a vontade de sentido e os valores existenciais (Frankl, 1989).

Diante das considerações teóricas apresentadas, visto que, como já foi dito, o objetivo geral deste estudo, foi o de identificar as correlações entre a culpa, a religiosidade e o sentido da vida. Cumpre elencar também os seguintes objetivos específicos: (1) Identificar a relação entre a religiosidade e as dimensões objetiva, subjetiva e temporal da culpabilidade; (2) Averiguar a influência da culpa na percepção do sentido da vida; (3) Verificar a associação entre culpa e temporalidade.

MÉTODO

PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa eram estudantes matriculados na graduação dos cursos de Ciências das Religiões, Pedagogia e Contabilidade, em um campus universitário da rede pública, no Estado da Paraíba. Contou-se com 70,4% da amostra do sexo feminino. A média de idade foi a de 28,5 (dp = 9,9), com amplitude dos 18 anos aos 63. Quanto à denominação religiosa, 33,8% se autodenominaram protestantes; 30,5% disseram que eram católicos; 3,3% reconheceram-se como

espíritas; 7,5% disseram ter outra religião ou nenhuma e 24,9% não responderam. No que se refere ao estado civil, 50,2% declararam que eram solteiros; 30%, casados; 13,1%, separados, 5,2% informaram outros tipos de relacionamento e 1,4% não responderam.

INSTRUMENTOS

Escala Multidimensional da Culpa (EMC) - Esta escala foi proposta por Aquino e Medeiros (2009). Tem como objetivo o de avaliar o sentimento de culpa nas suas três dimensões (a objetiva, a subjetiva e a temporal). Constituída de um questionário de 12 itens, dispostos numa escala de 5 pontos, que variou de 1 = discordo totalmente a 5 = concordo totalmente. Foram medidas as três dimensões da culpa. A culpa subjetiva, que se refere aos aspectos da subjetividade (pensamentos e sentimentos); a culpa objetiva (ações concretas realizadas pelo sujeito), como a violação dos padrões de conduta adquiridos e assimilados durante a vida; a culpa temporal, relacionada com o que deixou de ser realizado no decurso do tempo. A consistência interna do fator culpa subjetiva foi aferida com o Alfa de Cronbach, que resultou no coeficiente de 0,77. A consistência interna do fator culpa objetiva foi a de 0,75 (Alfa de Cronbach). A consistência interna do fator culpa temporal foi a de 0,68 (Alfa de Cronbach).

Escala de Percepção Ontológica do Tempo (EPOT) - Esta escala foi desenvolvida por Aquino (2009), considerando-se o modelo teórico de Frankl (1989) acerca do sentido da vida, especificamente no que concerne à temporalidade ontológica. Procurou-se elaborar um conjunto de dez itens: três para cada uma das perspectivas temporais: passado (ex.: sinto-me realizado com o que alcancei), presente (ex.:

vejo sempre um motivo para estar no mundo), futuro (ex.: vejo muitas possibilidades de escolha) e um último que visa a identificar a satisfação (ou insatisfação) geral com o eu ao longo do tempo (ex.: ao olhar para a minha vida tenho que admitir que há uma grande distância entre quem eu sou e quem eu poderia ser). Os participantes deveriam dar suas respostas numa escala de cinco pontos entre os extremos: 1 = Discordo totalmente e 5 = Concordo totalmente.

Escala de Atitude Religiosa - Este instrumento foi elaborado por Diniz e Aquino (2009). Tem por finalidade a de avaliar o nível de religiosidade das pessoas. É composta de vinte itens distribuídos em quatro domínios: (1) Comportamento religioso (ex.: a religiosidade influencia nas minhas decisões sobre o que eu devo fazer; participo das orações coletivas da minha religião; frequento as celebrações da minha religião; faço orações pessoais; ajo de acordo com minha religião). (2) Conhecimento religioso (ex.: leio as escrituras sagradas; costumo ler os livros que falam sobre religiosidade; procuro conhecer as doutrinas ou preceitos da minha religião/religiosidade; participo de debates sobre assuntos que dizem respeito à religião/religiosidade; converso com a minha família sobre assuntos religiosos; assisto programas de televisão sobre assuntos religiosos; converso com os meus amigos sobre as minhas experiências religiosas). (3) Sentimento religioso (ex.: extravaso a tristeza ou alegria através de músicas religiosas; sinto-me unido a um "Ser" maior - Deus; quando entro numa igreja ou templo, despertam-me emoções). (4) Corporeidade religiosa (ex.: costumo levantar os braços em momentos de louvores; ajoelho-me para fazer minha oração pessoal com Deus; bato

palmas nos momentos dos cânticos religiosos). Cada item é acompanhado de uma escala intervalar de 1 = Nunca a 5= Sempre.

Questionário de Sentido de Vida (QSV) - Este questionário foi proposto por Steger, Frazier, Oishi e Kaler (2006). Em sua versão original contém 10 itens para ser avaliado numa escala de 7 pontos, sendo 1 = totalmente falso e 7 = totalmente verdadeiro. O instrumento apresenta dois fatores: fator presença de sentido, com alfa = 0,82 (ex.: eu compreendo o sentido da minha vida) e o fator busca de sentido, com alfa = 0,87 (ex.: eu estou procurando alguma coisa que faça com que minha vida tenha sentido). Uma adaptação desse instrumento para um contexto brasileiro foi realizada por Aquino, Aguiar, Serafim, Pontes, Pereira, e Fernandes, A. S. (2012).

Dados sóciodemográficos - Com a finalidade de caracterizar a amostra, foi solicitado aos entrevistados informar sobre a sua idade, sexo, religião autoatribuída, participação em grupos religiosos, estado civil e classe social.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O presente projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), sendo aprovado, conforme declaração, sob protocolo CEP/HULW n^a 817/10, folha de rosto n^a 393088, CAAE n^a 0621.0.126.000-10.

PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada de forma coletiva e assegurada a confidencialidade e o anonimato dos dados. Os questionários foram aplicados em salas de aula, após o consentimento dos professores e explicações quanto à forma de preencher as respostas. Todos os participantes foram informados de que as respostas seriam confidenciais, preservados os respectivos anonimato. Em média, os respondentes levaram em torno de 15 a 20 minutos para concluir os questionários.

PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, os dados foram inseridos no banco de dados do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS), versão 16. Em seguida, foram realizadas análises descritivas (médias, desvios padrões e porcentagens) a fim de se descrever a amostra estudada. Também se utilizou o método de correlação de Pearson para identificar as possíveis associações entre as variáveis do estudo.

RESULTADOS

O objetivo geral da presente pesquisa foi o de investigar as relações da culpa com a religiosidade e com a percepção do sentido da vida. Os resultados dessas correlações são apresentados na tabela 1.

Tabela 1

Correlação das dimensões da culpa com a atitude religiosa e com a percepção de sentido da vida.

	Culpa Subjetiva	Culpa Objetiva	Culpa Temporal
Presença de sentido	-0,08	-0,12	-0,28**
Busca de sentido	0,23**	0,23**	0,27**
Conhecimento religioso	0,05	-0,01	-0,09
Comportamento religioso	0,21**	0,09	-0,03
Sentimento religioso	0,35**	0,15*	0,14*
Corporeidade religiosa	0,24**	0,20**	0,12
Percepção do passado	-0,04	0,01	-0,12
Percepção do presente	0,04	-0,04	-0,05
Percepção do futuro	0,07	0,05	-0,02

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Quanto ao primeiro objetivo, que foi o de investigar a relação entre a religiosidade e as dimensões subjetivas, objetivas e temporais da culpa, percebeu-se que o fator comportamento religioso correlacionou-se positivamente apenas com a culpa subjetiva ($r = 0,21$; $p < 0,01$). Quanto ao sentimento religioso, os dados demonstram a correlação positiva com as três dimensões da culpa. São indicativos de que quanto maior o sentimento religioso, maior será a culpa subjetiva ($r = 0,35$; $p < 0,01$), objetiva ($r = 0,15$; $p < 0,05$) e temporal ($r = 0,14$; $p < 0,05$). A corporeidade religiosa se associou positivamente com a culpa subjetiva ($r = 0,24$; $p < 0,01$) e com a objetiva ($r = 0,20$; $p < 0,01$); entretanto, não foi observada nenhuma relação significativa entre o conhecimento religioso e as dimensões da culpa na amostra estudada. Por outro lado, os dados mostraram uma correlação positiva entre o conhecimento religioso e a idade ($r = 0,21$, $p < 0,01$).

A culpa temporal também se associou negativamente com a idade ($r = -0,16$; $p < 0,01$). Com relação ao segundo objetivo específico, averiguar a influência da culpabilidade na percepção do sentido da vida, observou-se que o fator presença de sentido correlacionou-se

negativamente com a culpa temporal ($r = -0,28$; $p < 0,01$). Quanto ao fator busca de sentido, ocorreu uma associação positiva com a culpa subjetiva, com a objetiva ($r = 0,23$; $p < 0,01$) e com a culpa temporal ($r = 0,27$; $p < 0,01$).

Embora a percepção do passado, do presente e do futuro, no questionário de Percepção Ontológica do Tempo, não tenha apresentado associações com os fatores da culpa, observa-se uma correlação positiva entre o item: “Ao olhar para a minha vida como um todo: tenho que admitir que há uma grande distância de ‘quem eu sou’ e ‘quem eu poderia ser’ ” com a culpa subjetiva ($r = 0,15$; $p < 0,05$) e com a temporal ($r = 0,23$; $p < 0,001$).

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo principal o de identificar as associações entre a religiosidade e as três dimensões da culpa: objetiva, subjetiva e temporal, além de averiguar suas relações com a percepção do sentido da vida; entretanto, considera-se que não é possível uma generalização por se tratar de uma amostra por conveniência. Vale ressaltar que o objetivo da pesquisa não era o de generalizar, mas

somente o de identificar possíveis correlações entre as variáveis em estudo.

RELAÇÕES ENTRE CULPA E RELIGIOSIDADE

A presente pesquisa demonstrou uma associação positiva entre a culpa subjetiva e as seguintes subescalas de religiosidade: comportamento, sentimento e corporeidade religiosa. Segundo Collins (2004), a culpa subjetiva diz respeito ao sentimento de culpa, ao remorso, à vergonha ou a autocondenação que surgem devido a sentimentos e pensamentos considerados como errados. Verifica-se, pois, que esta dimensão de culpa não se refere a ações concretas das pessoas, mas a aspectos subjetivos do ser humano.

Esse resultado corrobora a pesquisa de Aquino, Luna, Oliveira, Costa, Marinho, Rocha, Ricarte, Pinheiro, e Paiva (2010), o qual, em um estudo acerca dos correlatos valorativos da culpa, encontrou uma associação entre os valores normativos (tradição, religiosidade, obediência) e a culpa subjetiva, ou seja, as pessoas guiadas pela tradição, religiosidade e obediência, apresentaram maiores pontuações nessa subescala. Uma possível explicação para essa associação é que pessoas mais religiosas tendem a introjetar as regras e preceitos religiosos, apresentando sensações de culpa por meio de pensamentos e sentimentos preteridos por seu grupo e instituição religiosa, o que muitas vezes é reforçado por meio dos ritos e transmissão do conhecimento religioso.

Os resultados encontrados também corroboram a pesquisa realizada por Albertsen, O'Connor e Berry (2006), os quais observaram que as pessoas identificadas como religiosas apresentaram níveis mais elevados de culpa

interpessoal desajustada em comparação com os indivíduos que se identificaram como espirituais. Considera-se, portanto, que a religiosidade, por si mesma, impõe padrões morais e organizacionais de conduta, os quais influenciam o comportamento das pessoas.

Constatou-se outra correlação positiva entre a culpa objetiva, o sentimento e a corporeidade religiosa. De acordo com Collins (2004), a dimensão da culpa objetiva ocorre com a quebra de alguma lei e pode englobar uma culpabilidade pessoal, pela violação dos próprios padrões de conduta que alguém adquire na família e nos grupos sociais, resistindo aos apelos de sua consciência. Nessa mesma perspectiva, a culpa é compreendida, na concepção de La Taille (2006), como um sentimento do campo da moral, já que nesta esfera estão os fenômenos sociais, cujo significado afirma que todas as sociedades compartilham o sentimento de culpa. Segundo o autor citado, a pessoa que se sente culpada assume a responsabilidade perante si mesma ou outra pessoa, ainda que não tenha a intenção de causar prejuízo a si própria.

Assim, supõe-se que, quanto mais as pessoas aderem às expressões corporais típicas de sua cultura religiosa, mais expressam sua concordância com as suas regras e normas subjacentes. Dessa forma, a sensibilidade à culpa objetiva poderia estar em função da aceitação de dogmas e normas interiorizadas previamente por meio da adesão aos cultos e ritos, o que serviria de base tanto para as crenças religiosas como para os sentimentos de culpa.

A última correlação positiva se deu entre a culpa temporal e o sentimento religioso. Compreende-se que os sistemas religiosos, sobretudo os de tradição judaico-cristã,

apresentam uma ênfase na responsabilidade humana, considerando que as escolhas “adequadas” são condições necessárias para o merecimento de uma vida pós-mundana. Assim, quanto maior o sentimento religioso, maior a sensação de culpa ao desperdiçarem-se possibilidades que tinham mais sentido na perspectiva do homem religioso.

RELAÇÕES ENTRE CULPA E SENTIDO DA VIDA

A busca de sentido se associou positivamente com as três dimensões da culpa, sugerindo que a culpa põe em movimento uma procura de sentido. Esses resultados corroboram a concepção de Frankl (1989) que afirma ser possível encontrar sentido, apesar da culpa. Segundo Bresser (1990), o mais relevante é o sentido da culpa, e não a censura por um desvio de padrão moral. Dessa forma, a culpabilidade requer a premissa de que a pessoa humana é um ser moral, responsável, dotado de liberdade.

Quanto à correlação positiva entre a busca de sentido e culpa objetiva, considera-se que a culpabilidade pode mobilizar o ser humano para a busca de sentido, pois, como nesse caso há uma concretização da culpa, torna-se necessário uma tomada de posição. Esta culpa é conhecida por Lukas (1992) como culpa justificada. É próprio do ser humano sentir-se culpado, pois ele tem uma consciência e é guiado por valores. Ao considerar que fez algo inadequado ou deixou de fazer algo que devia ser feito, a pessoa se sente culpada e se sente responsável (Kroeff, 2007).

A associação entre a busca de sentido e a culpa temporal pode ser compreendida à luz da análise existencial de Frankl (2005). Este autor concebe que o ser humano, quando busca um

sentido, vive uma tensão entre dois pólos: entre o “ser aquilo que já realizou” e o “dever-ser”, a saber, aquilo que ainda deve vir a ser e realizar-se. A pessoa que deixou de realizar as possibilidades de sentidos (dever ser) ou reconhece que pouco fez das possibilidades e valores que a vida lhe proporcionou deixa, de alguma forma, uma lacuna na sua existência, o que poderia suscitar uma culpa ontológica. Ao tomar consciência da culpa, o sujeito pode sentir o anseio de reparação ou de perdão.

A variável presença de sentido se associou, de forma negativa, com a culpa temporal. De acordo com Tournier (2004), a administração do tempo é um dos pontos que podem suscitar a culpabilidade. Já para Frankl (2008), o não cumprimento do dever-ser, como foi descrito no parágrafo anterior, pode provocar uma culpa ontológica ou um remorso de consciência. Da mesma forma, quanto mais alguém realiza o sentido no momento certo, menor é a sensação de culpa ontológica; por isso, a realização do sentido é um fator de proteção para a saúde mental.

Segundo Frankl (2007), o ser humano precisa apreender o que tem mais sentido por meio de sua consciência (Gevissen). A culpa temporal ou ontológica ocorre na maioria das vezes quando não se realiza o que tem mais sentido. De acordo com Pinto (2009), a vontade de sentido coincide sempre com o princípio da coerência. Consiste em uma força que unifica e integra a existência humana. Sem a vontade de sentido, o homem experimenta o vazio existencial que o torna apático e entediado.

Ressalte-se que a culpa ontológica não é decorrente de uma interiorização ou normatividade religiosa, mas de um remorso da consciência por não realizar o seu senso de

dever. Destarte, conforme a ontologia moral de Frankl (2005), a culpa pode advir de uma escolha que seja menos adequada (menos sentido) acompanhada de liberdade de decisão e responsabilidade, deixando de realizar de fato o que teria mais sentido em determinada situação. A culpa ontológica, portanto, não provém de alguma moral religiosa ou social imposta, mas da consciência avaliadora do indivíduo acerca do seu dever-ser e do não-dever-ser.

RELAÇÃO ENTRE CULPA E TEMPORALIDADE

Os resultados da pesquisa não apresentaram associações entre as dimensões da culpa e a percepção ontológica da temporalidade, ou melhor, a culpa não se correlacionou com o passado nem com o presente nem com o futuro. Pode-se dizer que esse resultado é significativo e reconhece o pensamento de Frankl (2005), quando este assegura que a culpa não retira o sentido. Ao tratar da tríade ou trindade trágica, como Frankl (1995) chamava, nem o sofrimento nem a culpa nem a morte podem privar a vida de sentido. Não obstante, apesar da inexistência de correlação entre as subescalas da culpa com as perspectivas temporais (presente, passado e futuro), houve duas correlações com o último item da escala, a qual visava identificar a satisfação ou insatisfação geral com o eu ao longo do tempo.

A primeira associação ocorreu entre a culpa subjetiva e uma maior distância entre ‘quem eu sou’ e ‘quem eu poderia ser’, o que pode ser um indício de uma culpa não justificada. Lukas (1992) não considera a culpa subjetiva, porque nesta nenhuma ação é concretizada. É uma culpa apenas em termos de

cognição e pensamento. Para essa autora, só existe culpa quando há voluntariedade ou intenção e liberdade de escolha. A culpa não justificada pode levar a uma culpa neurótica: a pessoa não tem culpa porque não teve a intenção nem a opção de escolha, mas não consegue deixar de se sentir culpada.

A segunda correlação estabeleceu-se entre a culpa temporal e uma maior distância entre ‘quem eu sou’ e ‘quem eu poderia ser’. Conforme May (1991), a culpa seria uma característica da existência humana; portanto, ontológica. Ainda segundo ele, existe a culpa ontológica em decorrência do sacrifício das potencialidades do indivíduo. May (1991) elenca algumas características da culpa ontológica inerente a todos, que, segundo ele, vivem uma relação dialética com as suas potencialidades. Ainda segundo ele, a culpa ontológica não depende de proibições culturais e éticas, mas da autoconsciência: o homem conhece o que se passa consigo mesmo e sabe que tem liberdade para tomar qualquer decisão ou não. Para ele, todo ser humano desenvolvido tem a culpa ontológica. A correlação sugere que o homem, que não realizou o sentido ou não fez o que deveria ter feito tem maior probabilidade de sentir a culpa ontológica. Tal resultado reafirma mais uma vez o entendimento de Frankl (2005) sobre a constante tensão existencial, originada pelo confronto entre aquilo que o homem já realizou (passado) e o que ele deve realizar (futuro), constituída entre dois polos: de um lado, a realidade; de outro, os valores a serem realizados.

Ressalte-se que não são as atividades ou as experiências em si que têm sentido. Este é dado pela pessoa que nelas encontra sentido, vendo-as como importantes para a sua vida.

Assim não é na culpa em si que se encontra o sentido, mas é o culpado que deve achar o sentido no cerne desse sentimento, a fim de livrar-se dele. Na concepção de Frankl (1989), é direito do homem tornar-se culpado, mas é sua responsabilidade superar a culpa. Esta não impede a pessoa de continuar a realizar sentidos nem da responsabilidade de reparar seu erro, quando isto é possível. O que deve ser feito é aproveitar para extrair uma aprendizagem do erro e transformar-se por meio de posturas e ações, modificando-se as atitudes futuras (Kroeff, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A culpa é um fenômeno cuja manifestação depende tanto de fatores externos (como as regras sociais e religiosas que foram internalizadas), quanto dos constituintes existenciais (responsabilidade, escolha e consciência). Assim, a pessoa mesmo que cumpra com os padrões morais e com os padrões legais impostos pela sociedade e pela sua cultura, não está isenta de experimentar a culpabilidade.

De forma geral, considera-se que o presente artigo atingiu os seus objetivos, identificando as associações entre a culpa, a religiosidade e o sentido da vida. Destarte, devido ao fato de a amostra investigada ter sido constituída eminentemente por estudantes universitários, recomenda-se que estudos futuros ampliem o foco para outros grupos. Outras pesquisas poderão investigar adeptos de diferentes confissões religiosas, para investigar as perspectivas da culpa em outros contextos. Sugere-se também que estudos futuros possam pesquisar a população carcerária para identificar o nível de culpabilidade entre presidiários e as possíveis repercussões para o sentido de vida.

Ademais, as relações entre a culpabilidade e a religiosidade poderiam ser investigadas em grupos religiosos ortodoxos e tradicionais em comparação com grupos mais liberais, bem como aqueles denominados de pentecostais. Apesar das limitações da amostra estudada, considera-se que a pesquisa atende aos objetivos propostos, bem como sinaliza contribuições para a área da psicologia do desenvolvimento moral, para a área da clínica e da psicologia da religião.

REFERÊNCIAS

- Albertsen, E. J.; O'Connor & Berry, J.W. (2006). Religion and interpersonal guilt: Variations across ethnicity and spirituality. *Mental Health, Religion & Culture March*; 9, 67-84.
- Aquino, T. A. A. (2009). *Atitudes e intenções de cometer suicídio: seus correlatos existenciais e normativos*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, PB.
- Aquino, T. A. A.; Aguiar, A. A.; Serafim, T. D. B.; Pontes, A. M.; Pereira, G. A. & Fernandes, A. S. (2012). *Adaptação e validação do Questionário de Sentido de Vida para um contexto brasileiro*. Manuscrito não publicado, Universidade Federal da Paraíba, PB, Brasil.

- Aquino, T. A. A., Aquino, T. A. A., Correia, A. P. M., Marques, A. L. C., Sousa, C. G. Freitas, H. C. de A., Araújo, I. F., Dias, P. dos S., & Araújo, W. F. (2009). Atitude religiosa e sentido da vida: um estudo correlacional. *Psicologia ciência e profissão*, 29, 228-243.
- Aquino T. A. A. & Medeiros, B. (2009). Escala de culpabilidade: construção e validação de construto. *Avaliação Psicológica*, 8, 77-86.
- Aquino T. A. A.; Luna, A. E. A.; Oliveira, A. L. de; Costa, D. B.; Marinho, F. L.; Rocha, M. Z. L. de S. S.; Ricarte, M. D.; Pinheiro, N. M. & Paiva, R. X. (2010). Correlatos valorativos da culpa. *Religare* 7, 136-146.
- Ávila, A. (2007). *Desenvolvimento moral e culpabilidade: Para conhecer a psicologia da religião*. São Paulo: Loyola.
- Azpitarte, E. L. (2005). *Pecado e culpa: Responsabilidade e conversão*, (trad. G. A. Titton). Petrópolis: Vozes. 2005.
- Bresser, P. H. (1990). Responsabilidade e responsabilização: Sentido da culpa. Em Viktor Frankl (org). *Dar sentido à vida: a Logoterapia de Viktor Frankl*. (pp. 89-98). Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal.
- Collins, G. R. (2004). *Aconselhamento cristão*. São Paulo: Vida Nova. 2004.
- Diniz, A. C. & Aquino, T. A. A. (2009). A relação da religiosidade com as visões de morte. *Religare*, 6, 101 - 113.
- Fizzotti, E. (1998). Os ritos de cura como auto-realização e como busca de sentido. Em F. Dal Pino (Org.). *Liturgia e terapia: A sacramentalidade a serviço do homem na sua totalidade* (pp. 235-275). São Paulo: Paulinas.
- Frankl, V. (1989). *Psicoterapia e sentido da vida. Fundamentos da logoterapia e análise existencial*. São Paulo: Quadrante.
- Frankl, V. (1978). *Fundamentos antropológicos da Psicoterapia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Frankl, V. (2008). *Em busca de sentido: Um psicólogo no campo de concentração*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes.
- Frankl, V. (2007). *A presença ignorada de Deus*. São Leopoldo: Sinodal. Petrópolis. Vozes.
- Frankl, V. (2005). *Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo*. São Paulo: Idéias e Letras.
- Frankl, V. (1995). *Logoterapia e análise existencial: textos de cinco décadas*. Campinas: Editorial Psy II. 1995.
- Garcia, D. C. D. (2006). *Transgressões humanas: pecado e sentimento de culpa*. Obtido em 01 de dezembro de 2010. Recuperado de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0313.pdf>.
- Gomes, J. C. V. (1987). *Logoterapia: A psicoterapia existencial humanista de Viktor Emil Frankl*. São Paulo: Loyola.
- Greschat, H. J. (2005) *O que é Ciência da Religião? Coleção Repensando a Religião*. São Paulo: Paulinas.
- Guazzelli, C. F. B. (2008). Direito e literatura: Entre Dostoiévski e a culpa. Em C. B. do C. Söhngen & A. C. Pandolfo (orgs.). *Encontro entre direito e literatura: pensamento e arte* (pp. 37-52). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Kroeff, P. (2007). Logoterapia, Sentido da Vida e a Tríade Trágica: Sofrimento, culpa e morte. *Revista Mexicana de logoterapia*, 19, 16-24.
- La Taille, Y. (2006). *Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed.

- Lukas, E. (1992). *Assistência Logoterapêutica: Transição para uma psicologia humanizada*. Petrópolis: Vozes. Sinodal.
- May, R (1991). *O homem à procura de si mesmo*. Petrópolis: Vozes.
- Moreira, N.; Holanda, A. (2010). *Logoterapia e o sentido do sofrimento: convergências nas dimensões espiritual e religiosa*. Psico-USF, 15, 345-356.
- Pinto, E. B. (2009). Espiritualidade e religiosidade: articulações. *Rever - Revista de Estudos da Religião*, 9, 68-83.
- Russel, B. (1991). *A conquista da felicidade*. Guimarães editores. Lisboa.
- Scliar, M. J. (2007). *Enigmas da Culpa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Steger, F. M.; Frazier, P.; Oishi, S. & Kaler, M. (2006). The meaning in Life Questionnaire: Assessing the presence of and search for meaning in life. *Journal of Counseling Psychology*. 53, 80-93.
- Tournier, P. (2004). *Culpa e graça: uma análise do sentimento de culpa e o ensino do evangelho*. São Paulo: ABU Editora.

Enviado em: 14/12/2015

Aceito em: 22/12/2016

SOBRE OS AUTORES

Gylmara de Araújo Pereira. Psicóloga graduada no UNIPÊ, Psicóloga, mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba.

Thiago Antonio Avellar de Aquino. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1995), mestrado em Psicologia (Psicologia Social), pela Universidade Federal da Paraíba (1998), e doutorado em Psicologia (Psicologia Social), pela Universidade Federal da Paraíba (2009). Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba do Departamento de Ciências das religiões. É Professor credenciado do Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões, orientando dissertações na interface espiritualidade e saúde. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase na Análise Existencial de Viktor Frankl, atuando principalmente nos seguintes temas: sentido da vida, identidade religiosa, valores humanos, bem-estar psicológico, psicologia da religião, processos de culpabilidade e concepções de morte.